



**Initiative for Climate Action Transparency – ICAT**

**Deliverable 1: Inception Mission Report and Description of  
Selected Policy to Apply ICAT Guidance**

## **Initiative for Climate Action Transparency - ICAT -**

Deliverable 1: Inception Mission Report and Description of Selected Policy to Apply ICAT Guidance

### **Deliverable #1**

#### **AUTHORS**

Paula Panguene  
Federico Canu  
Ana Cardoso

**March 2018**

#### **COPYRIGHT©**

This publication may be reproduced in whole or in part and in any form for educational or non-profit purposes without special permission from the copyright holder, provided acknowledgement of the source is made. UNEP DTU Partnership (UDP) would appreciate receiving a copy of any publication that uses this publication as a source. No use of this publication may be made for resale or for any other commercial purpose whatsoever without prior permission in writing from UDP.

#### **DISCLAIMER**

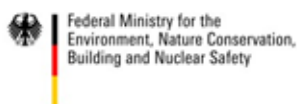
This publication has been produced as part of a component of the Initiative for Climate Action Transparency project (ICAT) implemented by UNEP DTU Partnership (UDP). The views expressed in this publication are those of the authors and do not necessarily reflect the views of UDP.

#### **PUBLISHED BY**

Ministry of Land, Environment and Rural Development in Mozambique – MITADER

#### **PREPARED UNDER**

Initiative for Climate Action Transparency (ICAT) project supported by the German Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety, the Children's Investment Fund Foundation (CIFF), the Italian Ministry for Environment, Land and Sea Protection, and Climate Works



The ICAT project is hosted by the United Nations Office for Project Services (UNOPS)





**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL  
DIRECÇÃO NACIONAL DO AMBIENTE**

**RELATÓRIO DA MISSÃO DE LANÇAMENTO DA INICIATIVA SOBRE  
TRANSPARÊNCIA NAS ACÇÕES CLIMÁTICAS - ICAT**

**MAPUTO, 10 A 14 DE MARÇO DE 2017**

Maputo, Março de 2017

## Índice

I.	INTRODUÇÃO.....	2
II.	ENCONTRO PARA APRESENTAÇÃO DA INICIATIVA, INCLUINDO O PLANO DE ACTIVIDADES E SELECÇÃO DA POLÍTICA A SER USADA NA CAPACITAÇÃO .....	3
III.	PRINCIPAIS RESULTADOS .....	5
IV.	ACÇÕES DE SEGUIMENTO .....	5

## I. INTRODUÇÃO

A Direcção Nacional do Ambiente (DINAB) recebeu, de 10 a 14 de Março de 2017, o Sr. Federico Canu, representando a missão da UNEP DTU Partnership (Parceria da UNEP e a Universidade Tecnológica da Dinamarca) que veio a Moçambique introduzir a iniciativa sobre a Transparência nas Acções Climáticas, a ser implementada no país, e junto com a DINAB preparar os procedimentos que levarão a efectiva implementação da iniciativa ICAT no país.

Durante a missão, o Departamento das Mudanças Climáticas acompanhou a missão nos encontros bilaterais com os técnicos indicados pelos Ministérios, nomeadamente: Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (DINAB e DINAF); Ministério de Recursos Minerais e Energia (Direcção Nacional de Energia e Direcção Nacional de Minas); Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar (Direcção Nacional de Planificação e Cooperação Internacional); Ministério dos Transportes e Comunicações (Direcção Nacional de Transportes e Logística); Ministério da Indústria e Comércio (Direcção Nacional de Indústria e Departamento dos Recursos Humanos). Nos encontros era feita a apresentação da iniciativa ICAT pelo representante da UNEP DTU Partnership, iniciando-se com a apresentação da própria UNEP DTU, indicando que esta foi estabelecida conjuntamente pela Universidade Tecnológica da Dinamarca e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) há 25 anos atrás com o objectivo de assistir a Convenção sobre questões tecnológicas. Prosseguindo, apresentava a iniciativa ICAT, informando que esta surge do Acordo de Paris que estabelece um sistema de transparência das acções e do apoio recebido e requerido para todas as Partes da Convenção.

Reconhecendo que os países em desenvolvimento apresentaram, nas suas Contribuições Intencional Nacionalmente Determinadas (iNDC) submetidas até 1 de Outubro de 2015, promessas de políticas e acções determinadas a nível nacional com as quais pretendem contribuir para a realização dos propósitos do Acordo de Paris, e que este grupo de países não tem capacidade de monitorar políticas, com destaque para a componente de mitigação, alguns parceiros de cooperação, nomeadamente, o Ministério Alemão do Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e segurança Nuclear, a Children's Investment Fund Foundation, a UNOPS, Climate Works, Ministério do Ambiente, Verified Carbon Standard, World Resource Institute e UNEP DTU Partnership mobilizaram recursos que permitiram o desenho e implementação da iniciativa ICAT.

Prosseguindo, apresentava a iniciativa ICAT, que possui dois pilares, sendo o primeiro responsável por desenvolver um quadro metodológico para avaliar os impactos das políticas e acções climáticas nas emissões de gases de efeitos de estufa (GEE). O segundo pilar, a ser implementado no período de Janeiro de 2017 a Junho de 2019, tem como objectivo fortalecer as capacidades nacionais para *Measurement, Reporting, and Verification* (MRV), e está sob a responsabilidade da UNEP DTU, que deverá providenciar assistência técnica aos países envolvidos na iniciativa.

Relativamente ao primeiro pilar, informou que estão sendo formulados os seguintes guiões:

- Guião sobre desenvolvimento sustentável
- Guião sobre mudança transformacional
- Guião sobre participação das partes interessadas e afectadas
- Guião sobre avaliação técnica independente
- Guião sobre ação de actores não estatais e ação de actores sub-nacionais
- Guião para avaliação do impacto de políticas de energia renováveis nas emissões de GEE
- Guião para avaliação do impacto de políticas de eficiência energética (sector da construção) nas emissões de GEE
- Guião para avaliação do impacto de políticas de preços (sector dos transportes) nas emissões GEE

- Guião para estimar o impacto de políticas agrícolas que mitigam emissões de GEE
- Guião para estimar o impacto de políticas florestais que aumentam o sequestro de carbono e/ou reduzem emissões de GEE

Terminada a apresentação e resposta às perguntas feitas pelos técnicos do sector, e com vista a obter informação sobre as capacidades e necessidades de monitoria de políticas sectoriais, bem como a identificação da política (regulamento, estratégia, plano ou programa) a ser usada na capacitação, foram colocadas as seguintes questões aos sectores:

- Mecanismos sectoriais de monitoria e avaliação de acções e de políticas existentes, incluindo os desafios para sua implementação (por exemplo recolha de dados, frequência, base de dados, etc.);
- Mecanismos institucionais e/ou oficiais estabelecidos para a definição de responsabilidade, funções período, e frequência de reporte da informação requerida no âmbito do Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação da Estratégia Nacional para Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas ao MITADER, bem como procedimentos para verificar tal informação;
- Mecanismos institucionalizados para estimar as emissões por fontes e remoções por sumidouros de GEE dos sectores, incluindo sistema de recolha, sistema de garantia de controlo de qualidade, e avaliação/verificação por uma terceira entidade das estimativas e dados reportados ao MITADER;
- Existência de procedimentos para reportar;
- Como o sector privado estima e reporta suas emissões;

Nos encontros com os sectores de energia, transportes, agricultura e florestas, foi solicitado que estes propusessem políticas, estratégias, planos ou programas do sector que pudessem ser usados na capacitação sobre monitoria dos impactos de políticas. A identificação de tais instrumentos deveria tomar em consideração os seguintes critérios: (i) âmbito/abordagem específica; (ii) potencial de mitigação de emissões; (iii) compromisso político na implementação do instrumento; (iv) e, existência de dados.

Baseando-se na informação recolhida dos sectores, o representante da missão formulou a proposta de plano de acção para a implementação da iniciativa ICAT que foi apresentado no encontro que teve lugar no dia 14 de Março de 2017, para o qual foram convidados todos os técnicos que participaram nos encontros bilaterais.

## **II. ENCONTRO PARA APRESENTAÇÃO DA INICIATIVA, INCLUINDO O PLANO DE ACTIVIDADES E SELECÇÃO DA POLÍTICA A SER USADA NA CAPACITAÇÃO**

O encontro teve lugar no dia 14 de Março de 2017 na Sala de Reunião da DINAB, com início às 09:00 e foi presidida pelo Chefe do Departamento de Mudanças Climáticas, Francisco Sambo. Participaram cerca de 20 técnicos, representando os sectores de agricultura, ambiente, ciência e tecnologia, estatísticas, indústria, florestas, transportes, e teve como objectivos a apresentação da iniciativa ICAT e a selecção da política a ser usada na capacitação do uso de guiões para avaliar o impacto de políticas e ações climáticas de diferentes sectores nas emissões de GEE.

O encontro iniciou com a intervenção do Chefe Sambo agradecendo a presença e participação de todos e a colaboração dos sectores nos encontros bilaterais. Em seguida e de forma breve, referiu-se ao enquadramento da iniciativa ICAT, tendo sido explicado que esta pretende ajudar os países em vias de desenvolvimento a capacitarem-se na implementação da transparência no âmbito do Acordo de Paris. Salientou-se que no passado os países em desenvolvimento tinham a obrigação

de apresentar, de 4 em 4 anos, comunicações nacionais que não eram analisadas internacionalmente e, a partir de 2010 este grupo de países deve submeter, a cada 2 anos, o relatório de actualização bienal que deverá incluir reporte sobre MRV doméstico usado para as acções de mitigação nacionalmente apropriadas que são implementadas com recursos internos. Tanto as comunicações nacionais como os relatórios de actualização bienal são considerados MRV internacionais pois são documentos que deverão conter informação sobre a implementação da Convenção no país. Terminou-se, recordando aos presentes a missão da UNEP DTU sobre modelação que o Ministério receberá e que pretende realizar a discussão em grupo no dia 29 de Março de 2017, e solicitou que os participantes participassem do evento. (lista de presença em anexo).

Finda a apresentação, o representante da UNEP DTU apresentou a iniciativa, incluindo as acções identificadas na Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas que parecem ter componente de mitigação das emissões. As acções identificadas são apresentadas na tabela abaixo.

DESIGNAÇÃO	VULNERABILIDADE/ OPORTUNIDADE	META/INDICADOR	SECTOR
4.6.2.3.1 Desenvolver práticas agrárias de baixo carbono	Oportunidade: Manter a produtividade agrícola e sedentarizar os agricultores de pequena escala	Área agrícola com práticas de agricultura de conservação, N.º de agricultores que adoptaram práticas de agricultura de conservação	Agricultura
4.6.1.7.1 Promover mecanismos de plantação de árvores e estabelecimento de florestas para uso local	Oportunidade: Redução do risco de erosão e perda de produtividade do solo	Área plantada com árvores de interesse local	Floresta
4.6.2.1.1 Melhorar o acesso às energias renováveis	Oportunidade: Redução do uso de combustíveis fósseis	N.º de consumidores de energias novas e renováveis; Quantidade de energia (kWh) gerada a partir de energias renováveis	Energia
4.6.2.1.2 Aumentar a eficiência energética	Oportunidade: Aumentar a eficiência de utilização de energia	N.º de edifícios e indústrias que adoptaram projectos de eficiência energética, Quantidade de energia (KWh) poupada com acções de aumento de eficiência	Energia
4.6.2.3.2 Reduzir a taxa de desmatamento e de queimadas descontroladas	Oportunidade: Reduzir o risco das queimadas descontroladas, particularmente as associadas com secas prolongadas	Área desmatada	Florestas
4.6.2.1.4 Promover urbanização de baixo carbono	Reduzir as emissões de GEE nas áreas urbanas	N.º de habitantes abrangidos por projectos de redução de emissões de GEE	Transportes

Terminada a apresentação solicitou-se que os sectores com as acções identificadas apresentassem as políticas nas quais estas acções se enquadram. Em resposta, os sectores apresentaram as seguintes políticas: Programa de Aquecedores Solares e Programa de Eficiência no Uso da

Biomassa – fogões melhorados (MIREME), Plano de Adaptação do Sector de Agricultura (MASA), Programa de Conversão de Combustível nas Viaturas (MTC) e Plano de Acção de Reflorestamento (MITADER).

Em seguida fez-se avaliação das políticas apresentadas considerando os critérios acordados, a saber: (i) políticas com âmbito específico; (ii) maior cometimento político e a ser implementada no período de vigência do ICAT; (iii) políticas com metas e/ou mecanismos de implementação; (iv) políticas de sectores/sub-sector com informação mínima ou possibilidade de dados por recolher; e, (v) políticas de sector/sub-sector responsável por quantidades razoáveis de emissão de GEE .

Não tendo sido possível seleccionar uma política usando os critérios acordados e acima descritos, recomendou-se que os sectores, num prazo de uma semana (até ao dia 21 de Março de 2017) enviassem informação sobre como as políticas identificadas respondem aos critérios de selecção acordados (anexando a respectiva política na comunicação). A indicação do sector cuja política será usada na capacitação de monitoria às políticas deverá ser incluída no acordo a ser assinado entre o MITADER e a UNEP DTU.

### **III. PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Divulgação da Iniciativa ICAT junto das instituições relevantes;
- Identificação dos representantes dos sectores relevantes a serem envolvidos na implementação do ICAT;
- Elaboração, apreciação e aprovação técnica da proposta de plano de actividade para Moçambique no âmbito do ICAT;
- Apreciação da proposta técnica do acordo a ser assinado entre o MITADER e a UNEP-DTU.

### **IV. ACÇÕES DE SEGUIMENTO**

- Envio da informação sobre como é que as políticas identificadas respondem aos critérios de selecção acordados e respectivas políticas à DINAB ([telma.manjate12@gmail.com](mailto:telma.manjate12@gmail.com))
- Finalização da proposta de acordo e sua assinatura;
- Implementação do plano de actividades da iniciativa ICAT.





**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Direcção Nacional do Ambiente

**Appendix to Inception Mission Report (part of Deliverable 1)**

## Acronyms

CONDES: Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (National Council for Sustainable Development)

DMC: Departamento de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas (Department of Adaptation and Mitigation to Climate Change)

DINAB: Direcção Nacional de Ambiente (National Directorate of Environment)

EDM: Electricidade de Moçambique (Electricity of Mozambique)

FUNAE: Fundo Nacional de Energia (National Energy Fund)

GIIMC: Grupo Inter-institucional de Mudanças Climáticas (Inter-institutional group on Climate change)

INE: Instituto Nacional de Estatísticas (National Statistics Institute)

MIREME: Ministério dos Recursos Minerais e Energia (Ministry of Mineral Resources and Energy)

MITADER: Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (Ministry of Land, Environment and Rural Development)

PES: Plano Económico e Social (Economic and Social Plan)

REFIT: Renewable Energy Feed-in Tariff

UMC: Unidade de Mudanças Climáticas (Climate Change Unit)

## 1. Background to this document

Mozambique is a participating country on the Initiative for Climate Action Transparency (ICAT). The ICAT integrates guidance, capacity building, and knowledge sharing to foster the use of a common framework to assess the impact of climate policies. The ICAT project in Mozambique is led by the Ministry of Land, Environment and Rural Development (MITADER - Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural). The project focusses on assessing the impacts of a renewable energy policy, and on the establishment of institutional arrangements, including design and implementation of legal frameworks, data collection procedures, reporting and verification procedures and methodologies within and between the stakeholders to facilitate a robust a continuous national MRV system.

This document constitutes an appendix to deliverable 1, and provides an overview of the renewable energy policy selected, explains the institutional arrangements for implementing the policy, the data availability for assessing the impact of the policy, and the MRV activities in the country that can support the assessment of the policy's impacts. According to the ICAT Renewable Energy Guidance it is a key recommendation to clearly describe the policy that is being assessed.

## 2. Overview of selected policy: The Renewable Energy Feed-in Tariff

The Renewable Energy Feed-in Tariff (REFIT) decree is a feed-in tariff policy without a cap that establishes a long-term purchase agreement between Electricidade de Moçambique (Electricity of Mozambique), a state-owned company, and renewable energy developers at specified prices per kilowatt-hour. Renewable energy projects must be viable and are only eligible when they are located within a 10km distance from the connection to the national grid. The REFIT decree was established in 17 October 2014, and applies to projects developed by private and public entities that produce electric energy based on renewable sources, namely biomass, wind, hydro power, and solar.

The feed-in-tariffs apply to electric energy generated by renewable sources and produced by independent producers in power plants with capacity up to a maximum of 10 MW. The decree entered into force on 15 April 2015 and establishes, on its article 19, that the tariffs are valid for 3 years.

The expected impact of the REFIT decree is the production of additional 250MW of electric energy, of which:

- 120MW are from hydro sources;
- 60MW are from wind sources;
- 50MW are from biomass sources;
- and 20MW are from solar sources.

The value of 250 MW is a limitation established by Electricity of Mozambique, the national utility company of Mozambique.

In the first 3 years of the implementation of this policy, the tariffs were not applied because the amounts to be paid for the purchase of energy produced by eligible projects were beyond the financial capacity of the entity responsible (Electricity of Mozambique). Currently, the tariffs are under revision and the expectation is that the revised tariffs will contribute to an improved environment for private sector investment. The updates to the tariffs will be published on a ministerial diploma, with approval from Ministry of Mineral Resources and Energy and Ministry of Finances. The revision of tariffs is being done by an international consultant company, which was

contracted by the African Development Bank within the scope of the programme Sustainable Energy Fund for Africa (SEFA). It is expected that the revised tariffs will be ready by December 2018.

This policy is implemented in tandem with:

- The Plano Económico e Social (PES), which is prepared every year;
- The Strategy for the Development of Renewable Energies from 2011 to 2025, which produced the Atlas of New and Renewable Energies and mapped the energetic potential of the country;
- The Strategy for Conservation and Sustainable Use of Biomass Energy, from 2014 a 2025.

The PES for 2018 established the following goals for the energy area: proceed with the electrification of 4 district capitals and 3 small towns in the border areas; electrification of 15 towns with solar plants; increase the number of consumers to 200,000; and increase the share of population with energy access to 30,9%.

Table 1 below is the checklist of the policy to be assessed.

Information	Description
<b>Title of the policy</b>	Regime Tarifário para as Energias Novas e Renováveis (REFIT)
<b>Type of policy</b>	Feed-in tariff policy without cap
<b>Description of specific interventions</b>	<p>Tariff differentiation: higher for small size projects, and lower for large-scale projects</p> <p>Eligibility: biomass, wind, hydro, and solar up to 10MW capacity, located within 10km distance from the national grid</p> <p>Utility role: EDM, government owned utility, is the single buyer</p> <p>Payment structure: premium-price policy</p> <p>Contract and payment duration: long term contracts, not less than 25 years</p>
<b>Status of policy</b>	The implementation of policy has not started yet. Currently, the tariffs are under revision in order to make them more adequate.
<b>Date of implementation</b>	Not implemented yet
<b>Implementing entities</b>	<p>Ministry of Mineral Resources and Energy (MIREME)</p> <p>National Energy Fund (FUNAE)</p> <p>Electricity of Mozambique (EDM)</p>
<b>Objectives and intended impacts</b>	<p>Production of additional 250MW of electric energy, resulting from connecting additional renewable energy plants installed under REFIT</p> <p>Increased energy security</p>

Information	Description
	Increased energy accessibility
Level of the policy	National
Sectors targeted	Energy supply
Greenhouse gases targeted	CO2 , N2O.
Other related policies or actions	<p>Global energy program – transfer-feed-tariff (get feet): under preparation by a consulting company CPCS and with funding by bank KFW; concept note is expected in October; this program aims to improve the environment for private investment in renewable energy by improving its tariff system by ensuring the provision of energy at an affordable cost and bringing direct economic benefits to people.</p> <p>Strategy of Development of Renewable Energies for 2011 to 2025 - the strategy produced the Atlas of Renewable Energies and a map of the energetic potential of the country.</p>
Intended level of mitigation	<p>The policy does not have a separate target</p> <p>The renewable energy projects are part of the National Climate Change Action Plan for Mitigation and Adaptation (plano de acção da estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação as Mudanças Climáticas)</p>
Title of establishing legislation	Strategy of Development of Renewable Energies for 2011 2025
MRV procedures	<p>There is no specific MRV procedure for this policy.</p> <p>The usual reports produced in the energy sector are: Semestral balance sheet of energy sector; annual balance sheet of energy sector; 5-year balance sheets of energy sector</p>
Enforcement mechanisms	<p>The REFIT resulted from the Strategy of Development of New and Renewable Energies, for 2011 to 2015.</p> <p>To implement REFIT the following programmes are under elaboration: GET-FIT and SEFA (Sustainable Energy Fund for Africa). These two programmes will ensure the implementation of REFIT.</p>
Sustainable development impacts	<p>Improve the environment for private investment in renewable energy and reduce the cost of energy for the community.</p> <p>Increased employment</p> <p>Energy security</p> <p>Energy accessibility</p> <p>Increased business opportunities</p>
Key stakeholders	Ministry of Mineral Resources and Energy (MIREME)

Information	Description
	National Energy Fund (FUNAE) Electricity of Mozambique (EDM) Renewable energy developers Investors Consumers

*Table 1: Description of the policy being assessed*

### 3. Institutional arrangements for implementing the policy

The role of Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) is to define energy policies. These policies are operationalized into activities, and are integrated in the Plano Económico e Social (PES). The PES is prepared every year and compiled by the Ministry of Economy and Finance. The PES is submitted to the Council of Ministers for endorsement, before its submission to the Parliament for approval.

The Fundo Nacional de Energia (FUNAE) is a public institution subordinated to MIREME, which also integrates the Ministry of Finance, Ministry of Agriculture, and Ministry of Industry and Commerce. The mission of FUNAE is to promote energy access in a sustainable and rational way and hence contributing to the economic and social development of the country. FUNAE works in the regions where the national grid does not reach and focuses mainly on solar electrification, power generation from biomass and mini-hydro resources, fuel distribution, mini grids and productive uses of energy. As such, FUNAE is an implementing agency of renewable energy projects.

EDM is a public energy utility company providing electricity services to final consumers and also an independent producer of renewable energy. EDM manages the national grid in the country, produces and supplies energy, and handles the invoicing and contracting with consumers.

The agriculture and forestry sector is also involved, in what respects the production of biomass energy. MITADER deals with the aspects related to climate change and will receive the information about the production of energy, in order to elaborate the national inventory of GHG.

### 4. Data availability to track the implementation of the policy

All renewable energy installations implemented by the government are registered with Fundo Nacional de Energia (FUNAE). There are also renewable energy plants (hydro plants) being implemented by private operators, such as: GIZ, Practical Action, AKSM, Chinhakata, and VSO.

The public company Electricidade de Moçambique (EDM) is starting to implement solar energy plants. Solar energy plants have been conceived and approved, with funding available, for 2 solar plants with 40MW each. These will be in Mocuba, province of Zambézia, and Metoro, province of Cabo Delgado. Both plants will be managed by EDM, and are expected to become operational in 2020.

The data collected by EDM on production and consumption of electricity will be used in the national GHG inventory, which is being coordinated by MITADER under the preparation of the first BUR.

There is an energy database with information on production, consumption, and distribution of electricity. Independent producers such as CTRG Central Termica de Ressano Garcia, MOORAGE, Electricidade de Moçambique, and HCB (Hidroeléctrica de Cahora Bassa) provide information

monthly to MIREME. This database has details on renewable and non-renewable energy. This database is owned by MIREME.

The strategic objectives of PES, in relation with the production of electric energy, focus on increasing the access and availability of electric energy through the development of infrastructures for the national electric grid. The PES established nine different actions, each with its own indicators, and under the supervision of the Ministry of Mineral Resources and Energy (MIREME).

The priority IV of PES, which is development of economic and social infrastructures, monitors indicators that account for the number of solar plants installed (indicators number 70 and 73). This data is collected for the energy sector, under MIREME, and MITADER has access to it.

## **5. MRV activities that can support the assessment of the impacts of the policy at the national level**

The Government of Mozambique approved in October 2014 the monitoring and evaluation (M&E) system for the National Climate Change Strategy, including the energy component. MITADER was given the responsibility of compiling a climate change report, considering the actions that are part of the National Climate Change Strategy, and present it to the Council of Ministries every year. During the conception phase of the M&E system each ministry presented the indicators to be reported to MITADER.

Specifically, the Ministry of Mineral Resources and Energy (MIREME) agreed to submit to MITADER information on the core indicators: expected additional energy availability through renewable energy generation, and expected additional energy availability through savings from identified efficiency measures. However, there is a need to operationalize the M&E system through a memorandum of understanding or any other instrument for clearly allowing MITADER to receive the information from the different ministries, including MIREME. This instrument shall define the procedure for submission of information, including when and to whom the information shall be provided.

Currently, there is no monitoring of the information on the implementation of renewable energy projects. MIREME (Ministry of Mineral Resources and Energy) receives information from FUNAE and EDM on consumption of energy, and number of consumers connected to the national grid and connected to off-grid solar plants. However, MIREME cannot monitor or verify the information from individual projects and therefore the only information source available are these reports by FUNAE and EDM.

## **6. Barriers to MRV-ing the REFIT policy, based on ICAT Guidance**

The main barrier to the assessment of the impacts of REFIT policy is that the REFIT policy is not yet under implementation and so there is no data for assessing the impacts of this policy.

Data gathering is also identified as a challenge. For example, previous inventories and National Communications, engaged the University Edoardo Mondlane to prepare the sectoral analyses to be approved by the ministries. This meant that the capacity and information was kept outside the domain of MITADER. The authority to request and gather data, and the capacity to analyse and compile it should over time be moved to the Ministry.

Further on, due to changes in administration, the former secretariat of the National Council for Sustainable Development (CONDES), which was originally supposed to be the coordinating

institution in the National M&E System design was dissolved, so was its Climate Change Unit (UMC), and the Environment Fund. This has in practice decreased the influence of the Climate Change M&E system, as CONDES functioned as a high level policy authority and could make executive decisions. Therefore, there are challenges in coordination and swift high level decision making, now that responsibility is at ministerial level with MIREME, needing to coordinate and request data directly from other ministries, referring to the mentioned need to formally operationalize the national M&E system. The idea is that all Ministries will have to gather the agreed upon indicators in the National M&E design, do their own MRV and report to MITADER. All ministries have agreed to this (in principle) except Industry. Although, there is no clear legal basis, formalized roles and responsibilities, nor established procedures for MRV (when, how, to whom), and no regular GHG reporting from major private sector sources, The establishment of a clear appointment of roles, responsibilities, channels of communication, rules and procedures for reporting is seen as a crucial first step to enable M&E of Climate Change related policies at this stage. The Permanent Secretary (PS) of MITADER has for the time being sent letters to other PSs in other ministries to appoint one person in each ministry for assisting MITADER on this.

More specifically, The MRV system still needs improvement; there are no legal instruments to ensure reporting from other sectors/ministries. Some sectors expect funds to come with the additional MRV activities, but these are not available, at least yet. Climate Change activities really should also be integrated in the Ministry of Finance. Also, planning in the different ministries is not necessarily coordinated with Climate Change, so even though ministries could have gathered data through other activities, this doesn't necessarily happen due to lack of coordination. Ministries are neither clear on what needs to be reported, e.g. climate resilience initiatives in school buildings, where we might receive the number of schools that are built, but that is not relevant in terms of CC M&E, the relevant aspect is the activities implemented to improve resilience. So CC needs to be streamlined in other policies.

Department chiefs have little influence in decisions made at the inter-ministerial level, so it is hard to push the Climate Change agenda from the Department. There is also a lack of specified procedures and communication channels in our M&E system manual. Staff requests more details e.g time of reporting, frequency, mode (paper, mail), persons/position responsible etc.

There is also a problem with perceived double work, as ministries have various reports they need to prepare (e.g. to the ministry of Finance), while additional reporting to MITADER might seem as double work, with better coordination and procedures, the additional work is probably not substantial, as much of the information is actually already collected for other reporting purposes.

When making reports and with access to data there is also need to have a clear dissemination goal. Tools, documents, reports and data is too often not disseminated and not publicly available. This would in addition to the availability of information also give stakeholders more interest in making these reports if you can see their utility and application. There is a need for clear definition of how the reports will be used for learning and capacity building, and how it will impact future decision making.